

INSCRIÇÃO NO REGISTRO DE AJUDANTES DE DESPACHANTES ADUANEIROS

(IN RFB Nº1209 de 7 de novembro de 2011 - DOU de 8/11/2011)

ATENÇÃO: APÓS A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE UNIÃO DO ATO DECLARATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO DE AJUDANTES DE DESPACHANTE ADUANEIRO, PROCEDER À INCLUSÃO DE DADOS NO CADASTRO ADUANEIRO, SEGUINDO AS O DOCUMENTO "ORIENTAÇÕES – CADASTRO ADUANEIRO" PRESENTES NESTE CD. ENQUANTO O CADASTRO ADUANEIRO NÃO ESTIVER COMPLETADO, O INTERESSADO NÃO PODERÁ SER VINCULADO COMO REPRESENTANTE OU ACESSAR OS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA RFB.

IMPORTANTE:

- Toda a documentação deve ser apresentada em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD.
- A lista de documentos abaixo já está separada de acordo com a estrutura de arquivos presente no roteiro acima mencionado. Por exemplo, os documentos citados no item "C – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO" devem ser digitalizados em um único arquivo PDF e gravados com o nome de DOC_Identificação.PDF.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição – ANEXO I-A DA OS ALF-SPO nº 23 de 25-06-14;
2. Declaração conforme modelo – anexo II da OS ALF-SPO nº 23 de 25-06-14;
3. Declaração de residência nos últimos 5 anos – anexo III;

B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc_identificacao.PDF)

1. RG, CPF, Título de Eleitor;
2. Carteira de Reservista (quando couber);
3. Instrumento de outorga de poderes para representação e documento de identificação (com RG e CPF) do Procurador, se este assinar algum documento do pedido;
4. Uma foto colorida 3X4 recente, com data, digitalizada (Utilize a resolução máxima do scanner – foto com aspecto de xerox não será aceita. Caso o tamanho do arquivo da foto digitalizada fique grande, fazer um, arquivo só com a foto em separado);

C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc_Comprobatorios.PDF)

5. Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
6. Certidão de Quitação Eleitoral – www.tre-df.gov.br. Apresentar certidão emitida há no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
7. Comprovante de residência – Conta de energia elétrica, telefone ou Internet em nome do Requerente da inscrição, referente ao mês de protocolização do processo ou ao mês imediatamente anterior. Caso o comprovante esteja em nome de terceiro, o mesmo deverá emitir declaração escrita de que o requerente reside no local indicado no comprovante de endereço;
8. Polícia Federal: Certidão de Antecedentes Criminais – www.dpf.gov.br; Emitida há no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
9. Polícia Estadual: Certidão de Antecedentes Criminais dos Estados nos quais residiu nos últimos 5 anos, com emissão de no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
10. Justiça Federal 1º Grau: Certidão de Distribuição dos Estados nos quais residiu nos últimos 5 anos, com emissão de no máximo **60 (sessenta)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
11. FÓRUM da cidade: Certidão de Distribuições Criminais dos municípios onde residiu nos últimos 5 anos, emitidas há no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
12. Justiça Militar da União: Certidão de Distribuição de Ações Criminais da Justiça Militar da União www.stm.gov.br emitida há no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
13. Justiça Militar Estadual: Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Militar Estadual dos locais em que residiu nos últimos 5 anos, emitidas há no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data da protocolização do processo ou do pedido de juntada;
14. Declaração de vinculação técnica conforme ANEXO IV da OS ALF-SPO nº 23 de 25-06-14, emitida por despachante aduaneiro regularmente inscrito no sistema CAD-ADUANA nos termos da IN RFB nº 1273/2012;
15. Ato Declaratório de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros do Despachante Aduaneiro ao qual se vinculará;
16. Certificado de Conclusão do Ensino Médio – **legível e digitalizado sem cortes**;
17. Os formados no período de 1980 a 2000 deverão apresentar a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial do Estado da “Lauda de Concluintes”, enquanto os formados a partir do ano 2000 deverão apresentar cópia da página da internet **GDAE** – Gestão Dinâmica da Administração Escolar, no endereço eletrônico www.gdae.sp.gov.br ;
18. Os Certificados de Conclusão de Ensino Médio emitidos por instituições que atuam nos programas de Ensino à Distância (EAD) e Educação de Jovens e Adultos, os quais não possam ser atestados por meio do sistema GDAE, somente serão aceitos quando acompanhados por Certidão ou Declaração emitidas pelo Conselho Estadual de Educação ou Órgão de Inspeção Escolar da unidade da federação na qual o referido certificado foi expedido. A certidão/ declaração em questão deve ter sido emitida há no máximo, 30(trinta) dias anteriores à data da protocolização do pedido de inscrição e conterá, obrigatoriamente: data de emissão, nome completo e assinatura do servidor

responsável pela informação. A via original da certidão/declaração deve ser entregue com o CD de arquivos para formalização do E-Processo e será retida;

E – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS

(NOME DO ARQUIVO: Read_Assinado.PDF)

19. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

Observações:

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Nas declarações do requerente a assinatura deve ser idêntica à do documento de identidade apresentado ou ter firma reconhecida.
- O prazo para atendimento à solicitação de documentos é de 10(dez) dias contados da data da ciência da respectiva intimação e o não cumprimento do prazo estabelecido implicará o arquivamento definitivo do pedido de inscrição.
- Para a inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro é requisito obrigatório a nacionalidade brasileira.
- Nome e endereço devem estar atualizados no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da RFB;
- A documentação deverá ser digitalizada, conforme as orientações do ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE, presente neste CD.
- Os arquivos digitais deverão ser entregues em dispositivo móvel de armazenamento (DMA), onde deverá ser gravado também o READ, conforme as orientações do ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE, presente neste CD.
- No ato da entrega do DMA deverá ser apresentado o original ou cópia autenticada de documento de identificação dos signatários das petições e do READ, EM PAPEL.
- A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no “ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE” constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão “cópia simples” são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.